

DITADURA MILITAR: A COMPLACÊNCIA DA IMPRENSA E A RESISTÊNCIA DOS CIDADÃOS ARAÇATUBENSES

Marlana Zanatta Rodrigues (IC) e Vanderlei Dias de Souza (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

A pesquisa propõe relatar os impactos da ditadura militar (1964-1985), na cidade de Araçatuba (SP), mais especificamente na imprensa local e no cotidiano dos cidadãos araçatubenses, que representaram resistência ao período. O estudo foi feito por meio de levantamento de livros locais e entrevistas com moradores da região, utilizando do método de história oral, o que possibilitou compreender o posicionamento complacente da imprensa e a perseguição do regime aos moradores da cidade.

Palavras-chave: Jornalismo. Ditadura. Araçatuba.

ABSTRACT

The research proposes to report the impacts of the military dictatorship (1964-1985), in the city of Araçatuba (SP), more specifically in the local and non-daily press of the Araçatuban citizens, who represented resistance to the period. The study was carried out by surveying local books and related to the residents of the region, using the oral history method, which made it possible to include the complacent positioning of the press and the persecution of the regime to the residents of the city.

Keywords: Journalism. Dictatorship. Araçatuba.

1. INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da imprensa no Brasil, em 1808, o jornalismo passou por momentos de forte repressão do Estado, seja em períodos monárquicos, autoritários e até mesmo nos democráticos. No entanto, as épocas ditatoriais foram as que coagiram de forma mais expressiva a imprensa.

O regime militar teve seu início no Brasil em 31 de março de 1964, quando por meio de um golpe os militares afastaram o presidente em exercício João Goulart, com a justificativa de que havia uma ameaça comunista no país, e então colocam o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como novo presidente, instaurando uma ditadura que durou 21 anos.

Dentre os cinco presidentes do regime, o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi responsável pela criação do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna), em 1970 (GASPARI, 2002), um órgão de repressão política que incorporou o conceito de segurança nacional e tinha como objetivo combater as organizações de esquerda.

Apesar de o Ato Institucional nº 5 (AI-5) ter sido criado em 13 de dezembro de 1968, foi no governo de Médici que o decreto foi utilizado de forma mais ostensiva (GASPARI, 2002) O AI-5 é visto como o marco que deu início ao período mais sombrio da ditadura, pois legitimava a punição arbitrária dos que fossem contra o regime, é o chamado “Anos de Chumbo”.

A promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, dinamizou as execuções e mortes decorrentes de tortura a ação dos órgãos repressores, e a execução passou então a ser meio recorrente de eliminação de adversários políticos do regime. De 1969 a 1974, o número de mortos atingiu a cifra de 98 vítimas. Trata-se do período mais violento da ditadura militar, que buscou exterminar as organizações da esquerda. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, V. 1, p.439).

Em escala nacional, cerca de 150 periódicos surgiram entre 1964 e 1985, que tinham como propósito fazer críticas as irregularidades do governo, como o abuso de poder (LUCA; MARTINS, 2018). Diversos jornais sofreram censura e aqueles que resistiram se tornaram um símbolo na história. Em razão disso, uma variedade de livros e registros foram escritos sobre a época, no entanto, em sua maioria, abrangem a história da perspectiva de jornais das capitais e que possuíam grande alcance.

Mas não foram só os jornais que sentiram os impactos da repressão, cidadãos que demonstraram oposição ao regime foram considerados subversivos e por isso, foram perseguidos, presos e torturados, simplesmente por terem uma opinião contrária.

Em relação a resistência, tanto dos jornais, quanto da população, existe pouco conteúdo publicado sobre as cidades do interior. Portanto, este artigo propõe um registro sobre o período da ditadura em Araçatuba, cidade do interior paulista, localizada há aproximadamente 524 km de São Paulo.

Foram utilizados livros locais e realizadas entrevistas com pessoas que vivenciaram o regime ou estudaram o momento. O método utilizado para esse registro foi a história oral, o uso desse recurso possibilita levar à tona algumas questões que não estão registradas em fontes documentais escritas (HOLANDA; MEIHY, 2007).

No Brasil, a história da imprensa e da política caminham juntas e se autoexplicam (LUCA; MARTINS, 2018). No interior não foi diferente, como cita o jornalista Fernando Sávio (2009): “o surgimento da imprensa em Araçatuba está intimamente ligado às questões políticas e à disputa pela posse de terras”.

Embora o primeiro jornal da cidade tenha sido *O Araçatuba*, de 1919, o marco histórico da imprensa local foi o jornal *A Comarca*, fundado em 1924 e permaneceu por 73 anos em circulação, sendo o impresso que esteve por mais tempo ativo e atingia uma maior parcela da população. Durante o regime militar, os dois periódicos mais influentes na cidade foram: o *A Comarca* e o *Folha da Região* (que circula até hoje).

Os jornais araçatubenses foram utilizados, principalmente, para propaganda política de seus respectivos donos, eram veículos usados para atacar a oposição e representar poder, além disso, possuíam um jornalismo focado em questões locais, como reclamações de moradores sobre infraestrutura e saneamento.

A maioria dos jornais se perderam com o tempo, por causa de empastelamentos e incêndios, resultados de brigas políticas (SÁVIO, 2009), e outros não foram conservados de maneira adequada. Por isso, a construção do artigo foi realizada por meio de uma mescla de informações de material teórico com relatos dos moradores de Araçatuba.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O jornalismo utiliza-se da história oral para reconstruir experiências do passado ouvindo relatos de memórias conservadas no presente. Esse recurso é essencial para documentar momentos que não foram registrados, como em períodos de censura, quando houve destruição de arquivos com a intenção de apagar a história (HOLANDA; MEIHY, 2007). É necessário compreender que, apesar de a memória ser uma importante ferramenta de reconstrução histórica, algumas lembranças podem ser distorcidas ao longo do tempo ou apenas fragmentos terem permanecido intactos.

Nessa perspectiva, o importante é o que a pessoa registrou de sua história, o que experienciou, o que é real para ela e não os fatos em si (passado versus história). As narrativas, dessa forma, são consideradas representações ou interpretações do mundo e, portanto, não estão abertas a comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sócio-histórico. (BAUER apud GALLO, 2014).

No entanto, existem formas de aumentar a precisão na informação, isso pode ser feito através da pluralidade de fontes, sejam elas orais ou escritas, e com personagens que tenham vivenciado o período abordado (HOLANDA; MEIHY, 2007).

Usar da narração central, uma das fases da entrevista narrativa (GALLO, 2014), é essencial para o desenvolvimento da conversa, pois duas de suas regras de condução são: não interromper e dar apenas encorajamento verbal. O que proporciona uma melhor resposta dos entrevistados, pois seguem sua própria linha de pensamento e acabam por ceder informações que o jornalista não cogitou de início.

Apesar de muitas personalidades influentes em Araçatuba no período da ditadura militar já terem falecido, livros como *Letras de Chumbo – a imprensa na história de Araçatuba* e *Araçatuba – 100 anos de história* trazem informações relevantes sobre a atuação desses cidadãos araçatubenses. É o caso de Genilson Senche, fundador do jornal *Folha da Região*, que foi um influente líder estudantil e em 1969, após ter se candidatado como vereador pela Arena – partido que dava sustentação ao regime militar – passou a demonstrar seu descontentamento com a militância de esquerda através de artigos publicados em seu jornal (SÁVIO, 2009).

A história da imprensa araçatubense seguiu no mesmo caminho que grandes jornais das capitais, como o grupo *Diários Associados* e a *Folha de São Paulo*, que apoiaram o golpe de 1964. A diferença é que os jornais das capitais trocaram de lado após a instauração do AI-5 e tornaram-se oposição (LUCA; MARTINS, 2018), enquanto os jornais de Araçatuba permaneceram coniventes com a atuação dos militares.

3. METODOLOGIA

Para obter embasamento teórico para a produção do artigo e chegar a uma conclusão sobre o período do regime militar em Araçatuba, foram realizadas leituras de livros sobre a imprensa nacional e imprensa local, além de obras a respeito do desenvolvimento político da cidade. Porém, a principal contribuição foi a construção da história através da narrativa verbal, realizada por meio de entrevistas com cidadãos que

vivenciaram a época, ou tiveram contato direto com o assunto por trabalharem com registros históricos.

O método utilizado foi o da pesquisa qualitativa que se caracteriza por abordar questões relacionadas às particularidades do ambiente e dos personagens entrevistados, sendo a entrevista narrativa um método que permite o aprofundamento das investigações e proporciona uma maior compreensão da história, através da combinação de relatos e do contextos sócios–históricos (GALLO et al. 2014).

Se por um lado a pesquisa qualitativa se preocupa em capturar um nível de realidade que não pode ser mensurado quantitativamente, por outro, o pesquisador só poderá desenvolver uma postura crítica que o qualifique no aprofundamento da captura dos dados, se permanecer em uma busca ativa e atenta por novos interlocutores e observações em campo, com o objetivo de articular e enriquecer as informações coletadas, uma vez que o objeto da investigação é sempre um objeto construído. (GALLO et al. 2014).

As fontes deste artigo foram selecionadas por meio de uma pesquisa de campo realizada após duas visitas a cidade. Foram feitas entrevistas com personagens que atendem aos seguintes perfis: professores, donos de jornais, moradores da região, exilados políticos, dentro desses, alguns que sofreram tortura e perseguição.

No início, a intenção era utilizar o arquivo da hemeroteca da biblioteca local *Rubens do Amaral* para analisar os jornais, mas o primeiro impasse foi que Araçatuba não possui preocupação com o arquivo histórico, como relatou o professor Euclides Paes (informação verbal)¹ “a gente perdeu muita coisa, aqui não se preserva nada historicamente”. E o segundo obstáculo foi a pandemia da covid-19 que impossibilitou uma terceira viagem ao local, em que seria dedicado o tempo necessário para análise do único jornal disponível, o *A Comarca*, que possui arquivos a partir de janeiro de 1965.

Para a realização deste artigo, foram entrevistadas seis fontes, com diferentes relações com o período da ditadura militar em Araçatuba, mas com relatos significativos para construção da história. São eles:

1) Fernando Sávio Rodrigues do Santos: tem 62 anos, é natural de Novo Horizonte-SP, jornalista. Contribuiu para a preservação da história de Araçatuba através do livro *Letras de Chumbo - a imprensa na história de Araçatuba*, utilizado como referencial teórico neste artigo.

¹ Entrevista concedida por ALMEIDA, Euclides Garcia Paes de. [12.2019]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. Araçatuba, 2019. arquivo .mp3 (57min.).

2) Euclides Garcia Paes de Almeida: tem 71 anos, é natural de Araçatuba-SP, professor aposentado e anistiado político. Durante a ditadura não teve medo de expor suas opiniões e por isso, foi preso, torturado e exilado.

3) Antônio Crispim: tem 61 anos, é natural de Guaraçaí-SP, editor-chefe do jornal *O Liberal Regional*, de Araçatuba. Crispim trabalhou como locutor e foi correspondente da *Folha de S. Paulo* na transição do regime militar para o período democrático.

4) Hélio Consolaro: tem 72 anos, é natural de Araçatuba, professor, jornalista e escritor. Atualmente, integrante da Academia Araçatubense de Letras. No período da faculdade, em 1967, Consolaro participou de grupos estudantis, foi quando conheceu o marxismo e o partido PCdoB. Em 1972 foi preso por ser considerado “subversivo”.

5) Diva Neves dos Santos: tem 63 anos, é natural de Araçatuba, formada em Letras e professora do ensino fundamental. Vivenciou o período da ditadura, seu marido ficou desaparecido por um mês e posteriormente Diva soube que ele foi preso por portar uma revista, que havia sido censurada pelos militares.

6) Arnon Gomes dos Santos: tem 37 anos, é natural de Santos, jornalista e biógrafo, autor dos livros *Genilson – Homem de ideias e ação* e *José Hamilton Ribeiro – O Jornalista Mais Premiado do Brasil*. Apesar de não ter vivenciado a ditadura, a contribuição de Arnon para o artigo foi através da biografia que fez sobre o jornalista Genilson Senche.

Para a coleta dos relatos foi utilizado o método de entrevista em profundidade, com a intenção de escutar e observar os variados elementos que podem compor a personalidade e fala do entrevistado. A entrevista em profundidade é um recurso que busca com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte (DUARTE, 2009).

Os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer perspectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada. (DUARTE, 2009).

Dentro desse critério, foi escolhido a entrevista aberta, que Duarte (2009) define como “essencialmente exploratória e flexível, não havendo sequência predeterminada de questões ou parâmetros de respostas.” Esse tipo de entrevista começa com um tema amplo e o rumo é determinado segundo questões significativas que o entrevistador identifica na fala do entrevistado. Para Duarte (2009), esse tipo de diálogo é muito rico em descobertas.

Em um primeiro momento, todas as entrevistas seriam presenciais, no entanto, devido a impossibilidade de viajar por conta da pandemia, apenas duas entrevistas foram presenciais (com Euclides Paes e Hélio Consolaro) e as outras quatro foram por vídeo chamada. A utilização da *internet* e recursos como câmera e gravador, foram essenciais para a conclusão das entrevistas. Como cita Holanda e Meihy (2007) “sem os recursos da aparelhagem eletrônica e mecânica de nossos dias, as entrevistas dificilmente teriam alcance em projetos da moderna história oral que, por sua vez, são pensados com a presença obrigatória desses artifícios”.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 A HISTÓRIA DA IMPRENSA ARAÇATUBENSE

Desde o início, a imprensa de Araçatuba esteve intimamente ligada a questões políticas. O primeiro jornal da cidade chamou-se *O Araçatuba* e foi fundado em 1919 por Juvenal Rodrigues Dias, que decidiu utilizar o impresso como ferramenta de luta pela emancipação do município, que na época, pertencia a Penápolis-SP (SÁVIO, 2009).

Já o jornal *A Comarca*, de 1924, nasceu como porta-voz do Partido Republicano Paulista (PRP) e devido as divergências com outros partidos, sofreu um empastelamento na Revolução de 1930. Mesmo assim, foi o jornal araçatubense que esteve em exercício por mais tempo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM, 2008).

Em seu primeiro número, que circulou em 11 de fevereiro de 1924, o jornal destacou no cabeçalho: “A Comarca - Órgão do Partido Republicano de Araçatuba”. Num pequeno box, alinhado à esquerda do nome do jornal, estava o bordão: “Pela Democracia”; à direita, outro bordão: “Pela Liberdade”. Abaixo da logomarca do jornal, veio o nome do diretor responsável: M. Ferreira Damião. (SÁVIO, 2009).

O *Folha da Região* foi fundado por Genilson Senche, em 1972, que por fazer parte da Arena, conseguiu beneficiar seu jornal no período da ditadura militar.

Outro periódico influente foi o *Tribuna da Noroeste*, de Jeremias Alves Pereira, fundado em 1960. Como cita Sávio (2009) Pereira também utilizou seu periódico para fins políticos, ele era amigo da jornalista Ivete Vargas, filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro. Por causa dessa amizade, Jeremias candidatou-se a vice-prefeito pelo PTB em 1962, mas não foi eleito.

Outros jornais fizeram parte da história da cidade, mas não conseguiam manter-se por muito tempo devido os altos custos de produção. Os veículos que permaneceram foram

aqueles que seus donos tiveram um maior envolvimento com a política e por muitas vezes, faziam parte de cargos-administrativos.

4.2 DITADURA MILITAR

A ditadura militar foi um período sombrio na história do Brasil, o Golpe de Estado elaborado por militares, que se consideravam anticomunistas, tinha a promessa de durar até 1966, quando seriam realizadas as eleições para escolha de um presidente que substituiria Castelo Branco. Muitos civis e boa parte da imprensa, apoiaram o golpe, mas o que não estava nos planos é que o regime militar duraria 21 anos e não seria uma intervenção pontual, como muitos acreditavam.

O Marechal Castelo Branco até tentou dar uma aparência democrática ao seu mandato, mas após a promulgação do segundo Ato Institucional, em outubro de 1965, deu-se início a repressão de forma sistemática e a Justiça Militar passou a ter autonomia para julgar qualquer civil que acreditasse que fosse uma ameaça à segurança nacional, e aqui entram os comunistas, intitulados como subversivos. Mas em pouco tempo essa repressão começou a atingir um número cada vez maior de pessoas, chegando ao momento em que, os grupos que apoiaram a queda de Jango, passaram a criticar a legitimidade do Golpe. (WANDERLEY, 2009).

Um ano e nove meses após Artur Costa e Silva assumir o poder foi decretado o Ato Institucional nº5 (AI-5), o qual deu poderes ilimitados ao presidente. A partir de então, cidadãos foram presos e torturados sem qualquer necessidade de justificativa por parte dos militares.

Como cita Traquina (2005) “a democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura”. Mas durante o período ditatorial essa liberdade foi cerceada, principalmente após o AI-5. Ou a imprensa era censurada, como aconteceu com *Veja* e *Estadão*, ou ela própria se autocensurava, como ocorreu com jornais do interior do estado de São Paulo.

Lançada poucas semanas antes do AI-5, a *Veja* sofreu a consequência da censura: em 1969, com uma capa sobre tortura, a revista foi apreendida. Como aconteceu com toda a grande imprensa, muitas edições saíram mutiladas pelos cortes dos censores. (LUCA; MARTINS, 2018).

4.2.1 JORNAIS DE ARAÇATUBA

Apesar de não ter sido encontrado nenhum arquivo sobre a resistência de jornalistas araçatubenses durante o regime militar, ocorreram casos isolados de censura e repressão na cidade. Um fato observado através dos relatos e livros, foi que a censura em relação a rádio local era maior do que nos jornais impressos.

Quando os militares derrubaram o presidente Goulart, a Rádio Difusora de Araçatuba foi cercada por policiais militares, que a lacraram. “Quando eu cheguei de manhã para trabalhar, a rádio estava cercada pela polícia. Lacraram tudo e não deixava nem os funcionários se aproximar. Por sorte era a polícia local e conhecíamos todo mundo. Ninguém foi preso, mas a emissora ficou fora do ar por 42 dias”, revela Crotte. Ele viajou inúmeras vezes para Bauru, para tentar liberar as transmissões, mas, a cada viagem, a explicação dos militares era a mesma: “a rádio vai continuar fechada. E não se fala mais nisso”. Os funcionários ficaram sem trabalho nesse período. Quando a rádio foi liberada novamente, a censura acompanhava de perto as transmissões. (SÁVIO, 2009).

As emissoras eram obrigadas a enviar uma relação da programação musical para a Polícia Federal em Presidente Prudente (SP). Somente após a liberação dos militares as músicas podiam ser tocadas. (SÁVIO, 2009).

Em relação aos jornais, as matérias eram entregues ao delegado Nelson Reis Alves, que aprovava ou não a publicação. No entanto, como os dois impressos em circulação na época (*A Comarca* e *Folha da Região*) não faziam oposição ao governo, poucas matérias eram barradas.

O jornal não publicava matérias contestando ou criticando a revolução, e por isso, sofreu poucas censuras. “Tivemos que publicar horóscopo, poesia, para cobrir o espaço. Mas não eram matérias para serem censuradas; às vezes, era falta de conhecimento do próprio encarregado de censurar os textos. (SÁVIO, 2009)

4.2.2 RELATOS DE CIDADÃOS ARAÇATUBENSES SOBRE A IMPRENSA NO PERÍODO DO REGIME MILITAR

No livro *Araçatuba – 100 anos de história* é feita uma afirmação de que muitos moradores de Araçatuba foram perseguidos pela ditadura militar, mas na maioria das vezes por momentos de enfrentamento quando não estavam morando na cidade.

A grande maioria deles estudava em São Paulo. Naqueles cartazes de “procura-se”, de jovens vinculados às organizações clandestinas armadas, estão muitos moços de Araçatuba. Boa parte deles foi para o exílio. Outros foram torturados, seus familiares passaram por momentos horrorosos. Naquela época, Araçatuba chegou a ganhar, em função de disputas políticas, o epíteto pejorativo CCC – comunismo, contrabando e corrupção. Pois justamente naquele período caiu um avião *Constellation* nas proximidades, as autoridades achavam que ele poderia estar

contrabandeando armas. Então Araçatuba foi sitiada militarmente. O pessoal da aeronáutica tomou conta da cidade. Diziam que aqui havia muitos comunistas, corrupção e contrabando. Não era verdade, mas isso chamou muito a atenção. (CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM, 2008).

Devido à falta de documentação sobre a imprensa de Araçatuba no período da ditadura militar, foi necessário buscar fontes orais para serem utilizadas como complementação ao material teórico. “A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista” (HOLANDA; MEIHY, 2007).

Os jornais araçatubenses não demonstraram resistência ao regime, por diferentes razões. Segundo Antônio Crispim, foi por medo.

A Comarca já nasceu em berço político. Como a maioria dos veículos da época, a imprensa do interior apoiou o golpe. Eles tinham medo da ameaça do comunismo. E a Comarca apoiou por muito tempo a ditadura, no final já não tinha mais força, já tinha perdido sua influência. Os jornalistas não eram contra porque estavam amedrontados com o que tinham visto e vivido. Os policiais tinham perfil autoritário e o escrivão e delegados humilhavam as pessoas. Os jornalistas tinham que trabalhar para sobreviver, né? Era isso com que eles se preocupavam.²

Sobre Genilson Senche, dono do jornal *Folha da Região*, que foi fundado em 1972, em um período marcado pela forte censura, Fernando Sávio relata:

O Genilson Senche era um líder estudantil antes de ter o jornal, ele assumiu a revista *Cinelândia* por um período e escrevia matérias contra o prefeito, mas na época da ditadura ele se lançou como candidato pela Arena e no final o jornal dele cresceu muito, justamente por causa do envolvimento político dele. Tanto que o local onde fica o jornal é um lugar super valorizado, no centro.³

Em relação a condescendência da imprensa araçatubense como um todo, o jornalista complementa:

Havia um certo “acordo de cavalheiros” entre os jornais e a própria polícia de Araçatuba, tinha um delegado, o Nelson Luis Alves, que era o responsável por ser um “intermediário” desse acordo. Os jornais não batiam nos militares, não contestavam, conviveram harmoniosamente de certa forma, eles evitavam problemas. Os próprios jornais se autocensuravam. Não temos nenhum registro de jornalistas que tenham sido perseguidos durante a ditadura por irem contra o governo. (SÁVIO, Fernando. 2020)

Do ponto de vista da araçatubense Diva Neves dos Santos, a cidade realmente colaborou com os militares, sem questionar suas imposições. Mas a professora conta que

² Entrevista concedida por CRISPIM, Antônio. [06.2020]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. São Paulo, 2020. arquivo .mp3 (43min.).

³ Entrevista concedida por SÁVIO, Fernando. [09.2020]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. São Paulo, 2020. arquivo .mp3 (32min.).

mesmo com a autocensura dos jornais, os moradores encontravam outras formas de se informar:

Araçatuba era uma cidade que correspondia muito bem à ditadura, todos os prefeitos disseram “amém”, foram sempre coniventes e nunca senti uma educação para a população de buscar algo melhor. A gente sabia que os jornais não passavam a informação completa, então a gente ouvia o rádio, principalmente as emissoras de São Paulo. Nós também fazíamos “células vivas”, que eram grupos de conversa, e amigos nossos que vinham de São Paulo traziam informações sobre o que estava acontecendo.⁴

Além dos encontros para debater política, existiam outras fontes de informação para aqueles que não se contentavam com o que os periódicos regionais forneciam, como relata Consolaro:

Quando eu recebia alguma coisa, era através de uma pessoa de São Paulo que vinha entregar o jornal do PCdoB, chamado Classe Operária. Era uma época tão difícil que não tinha celular e o telefone da época precisava marcar às 8h00 da manhã para atender às 16h00, a ligação. Então, vinha uma pessoa de lá que a gente não conhecia. As instruções eram: “Você vai na praça tal e vai ter uma mulher sentada, chega lá e fala a senha” e se ela reagisse, era a pessoa que queria conversar comigo. A gente conversava sobre política por mais de horas, depois ela passava um pacotinho pequenininho com o jornal.⁵

Arnon Gomes, biógrafo de Genilson Senche e Jorge Napoleão Xavier personalidades influentes em Araçatuba e que eram ativos no período da ditadura, conta que através dos relatos de seus biografados pode constatar que os periódicos se beneficiaram nos anos do regime e passaram por poucas reprimendas quando comparados a jornais das capitais.

No interior de São Paulo, a censura e a perseguição militar a jornalistas, foi mais branda, não foi no mesmo nível que a gente pode observar nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. Por ironia acabou sendo um período de crescimento para os jornais do interior e com Araçatuba não foi diferente. A cidade chegou a ter quatro jornais diários, para uma cidade do tamanho de Araçatuba isso era muito. Muitos nomes importantes da cidade escreviam nesses jornais e isso acabou sendo um período próspero para os jornais, por incrível que pareça. Não foi um período de enfrentamento de fato, tanto o Genilson, quanto o Napoleão, eles eram jornalistas e advogados, no plano político foram vereadores pela Arena, então eles tinham afinidade com o governo vigente. Isso pode ter sido um motivo para ajudar no fortalecimento dos jornais da cidade nesse período. E o jornal “A Comarca” apoiava a ditadura, não tinha nenhuma matéria de enfrentamento ou combate, não era totalmente chapa-branca, mas era uma linha pacífica.

⁴ Entrevista concedida por SANTOS, Diva Neves do. [07.2020]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. São Paulo, 2020. arquivo .mp3 (28min.).

⁵ Entrevista concedida por CONSOLARO, Hélio. [02.2020]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. Araçatuba, 2020. arquivo .mp3 (28min.).

Isso não quer dizer que não tenham pessoas que não tenham sofrido com esse período, tiveram pessoas daqui que foram perseguidas.⁶

4.2.3 RELATOS DE CIDADÃOS ARAÇATUBESSES SOBRE A REPRESSÃO

Como citado anteriormente, alguns moradores de Araçatuba foram oposição ao regime militar, participaram ativamente de partidos de esquerda e encontraram formas de receber informações sobre o que estava acontecendo fora da cidade, já que as notícias recebidas pelos jornais locais eram partidárias. Em razão disso, muitas dessas pessoas foram perseguidas, presas e torturadas, como é o caso de: Euclides Garcia Paes de Almeida, Hélio Consolaro, Sebastião Ferreira Maia, Argemiro Luciano dos Santos, Ismael Antônio de Sousa, Francisco Antônio Ferreira Tito Damazo e Percy Sampaio Camargo.

Infelizmente, nem todos estão vivos, mas foi possível realizar contato com dois dos nomes citados acima, que relataram um pouco do que vivenciaram. Hélio Consolaro conta que sua liberdade foi cerceada por participar de manifestações.

Fui preso porque estava na militância do PCdoB e no diretório, com manifestações de baixar a mensalidades (dos cursos da universidade Belas Artes) e outras coisas. Fiquei preso um mês. Fui julgado pela Segurança Excepcional e fiquei 4 anos tendo que ir todo mês lá. Para mostrar que não ia fugir e assinar um livro de presença em São Paulo.⁷

Com Euclides Paes, a repressão e ação dos militares foi ainda pior. O historiador fez parte de grêmios estudantis na adolescência e a partir dali começou a se envolver com política. De início não entendia o que significava marxismo ou o que era essa “ameaça comunista” mencionada pelos militares, mas após sofrer perseguição por participar de manifestações estudantis, tornou-se mais ativo, chegando a mais tarde trabalhar com produção de documentação falsa para exilados e a conhecer Leonel Brizola e João Goulart em encontros dos militantes de esquerda. Almeida conta que quando foi preso, os militares não tinham nenhuma prova para mantê-lo em cárcere.

Um dia eu estava descendo a rua para pegar o ônibus e ir para a agência (local de trabalho) e o DOPS me pegou e me prendeu, isso antes das 7h da manhã. Fui torturado da manhã até a noite no pau de arara. Isso aconteceu em julho de 1973. Eles não tinham nada contra mim. Fui torturado com uma maricota e com uma bateria de caminhão. Tive que fazer operação na mão e faço hidroginástica até hoje por ter ficado pendurado um dia no pau de arara no DOPS. No outro dia me levaram no DOI-CODI no exército, aí foi cadeira do dragão, que eles dão choque de alta voltagem. E uma coisa interessante de se saber é que eles colocaram a data errada na minha

⁶ Entrevista concedida por SANTOS, Arnon Gomes do. [05.2020]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. São Paulo, 2020. arquivo .mp3 (24min.).

⁷ Entrevista concedida por CONSOLARO, Hélio. [02.2020]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. Araçatuba, 2020. arquivo .mp3 (28min.).

ficha, escreveram como se fosse dia 18, mas na verdade fui preso dia 16. Só que dia 16 e 17 eu estava sob tortura, se eu morresse eles não iam me registrar, mas como eu sobrevivi, colocaram dia 18. Imagina quantos ficaram sem essa ficha porque não resistiram.⁸

Euclides também relata a única recordação que tem da presença do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em Araçatuba:

Veio um agente do DOPS em 1964, aqui em Araçatuba, atrás dos caras do grêmio estudantil, os caras do grêmio eram todos de 7ª e 8ª série, tinha aluno de 5ª série. Imagina crianças de 11 e 13 anos, ridículo. Eles vieram pra ver o jornal estudantil, acharam que poderiam encontrar alguma coisa, mas não deu em nada. Aqui os jornais de escola não agiam como os das capitais.⁹

Outra moradora de Araçatuba que teve sua vida afetada pelas consequências da ditadura foi Diva Neves dos Santos, na época, a professora tinha acabado de ter uma filha e casado recentemente. Seu marido Argemiro Luciano dos Santos foi preso por carregar uma revista que havia sido censurada pelos militares:

Eu vivi esse período de uma forma até muito triste porque meu marido (Argemiro) foi uma das vítimas, não morreu, foi perseguido e preso. A nossa casa foi toda revirada e eu muito jovem, não tinha muita ideia do que estava acontecendo. Tudo porque ele tinha uma revista, a Cruzeiro e o Mao Tsé-Tung estava na capa, os colegas dele viram e denunciaram ele por ter essa revista e ele foi preso, ficou um mês sumido. O delegado invadiu minha casa, quebrou várias coisas e tentou pegar minha filha. Quando meu marido voltou não quis contar sobre o que aconteceu enquanto esteve preso. Nós também tínhamos um amigo, o Ismael Souza, que foi torturado e exilado político, ele teve que se mudar para a Suíça porque estava sendo perseguido.¹⁰

Em relação a outros moradores de Araçatuba que foram vítimas da ditadura, não foi possível coletar entrevistas, mas existem relatos documentados. Como é o caso de Sebastião Ferreira Maia, conhecido como Tião Maia. Foi um importante empresário, responsável por levar o apelido de “cidade do Boi Gordo” a cidade araçatubense, pois após construir um frigorífico no local e apresentar retorno positivo, Tião atraiu outros empresários e fazendeiros interessados em investir na cidade.

Tião Maia tornou-se uma figura conhecida nacionalmente. Diziam que era muito amigo de João Goulart, e Juquinha confirma e diz que seu irmão só tinha um defeito: ser getulista. Mas a amizade com João Goulart não influenciou os empreendimentos de Tião. Tanto não prejudicou, segundo o

⁸ Entrevista concedida por ALMEIDA, Euclides Garcia Paes. [12.2019]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. Araçatuba, 2020. arquivo .mp3 (28min.).

⁹ Entrevista concedida por ALMEIDA, Euclides Garcia Paes. [12.2019]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. Araçatuba, 2020. arquivo .mp3 (28min.).

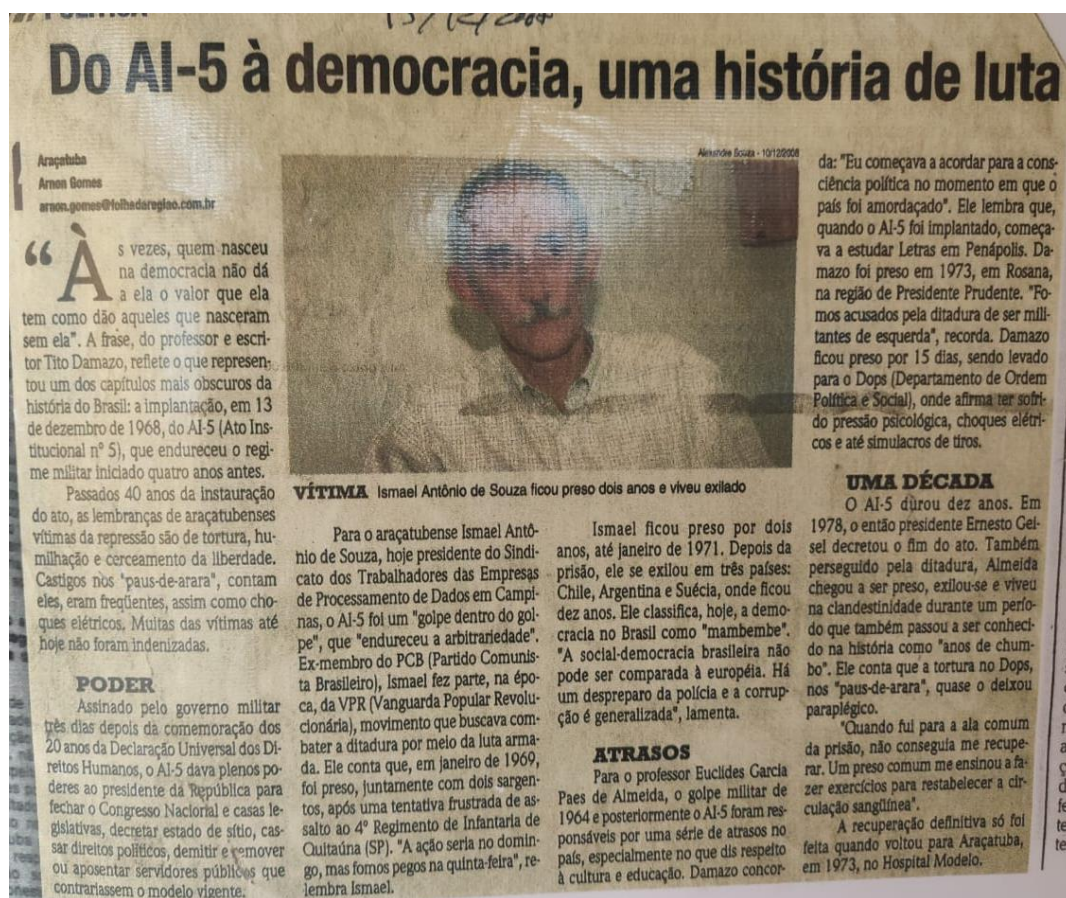
¹⁰ Entrevista concedida por SANTOS, Diva Neves do. [07.2020]. Entrevistadora: Marlana Zanatta Rodrigues. São Paulo, 2020. arquivo .mp3 (28min.).

Juquinha, que Tião Maia acabou sendo preso justamente por ser amigo de Jango. (CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM, 2008)

Maia foi preso de surpresa, em 1976, quando foi para o Rio de Janeiro fazer negócios. Os policiais o prenderam sem justificativa. Ele ficou por 11 dias na Fortaleza de São João, na praia Vermelha e quando foi solto, deixou o Brasil e exilou-se na Austrália, voltando apenas em 1998. (CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM, 2008).

Registros de recortes de jornais cedidos pelo professor Euclides Paes de Almeida, mostram a experiência de Ismael Antônio de Sousa. Na Fotografia 1, a história de Ismael, é apresentada brevemente na reportagem especial realizada pelo *Folha da Região* sobre os 30 anos do fim do AI-5. Na Fotografia 2, uma matéria de janeiro de 1971, do jornal *O Globo*, mostra alguns presos da ditadura, incluindo Ismael que estava preso desde janeiro de 1969.

Fotografia 1 – Reportagem do jornal *Folha da Região* “Do AI-5 à democracia, uma história de luta”



Fonte: Rodrigues (2019).

Figura 2 – Matéria do jornal O Globo “Os 70 bandidos do país”



Fonte: Rodrigues (2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta de depoimentos e a leitura de livros produzidos por moradores, pôde comprovar a postura pacífica da imprensa araçatubense frente à ação do governo militar, mostrando uma divergência entre a história dos jornais, que se beneficiaram do período da ditadura e a história dos moradores que foram presos e torturados por expressarem oposição ao regime.

Foi possível verificar que essa complacência dos jornais de Araçatuba, estava ligada também a linha editorial dos mesmos, que era focada em um jornalismo mais comunitário e em embates políticos locais (SÁVIO, 2009). Além disso, existia uma tensão entre os jornalistas, o medo de serem pegos pelos militares, assim como estava acontecendo nas capitais.

Os moradores de Araçatuba sabiam que os jornais mascaravam a realidade ou a ignoravam. Alguns cidadãos permaneceram inertes ao momento e foram condizentes com a ditadura militar, mas houve uma parcela da população que demonstrou descontentamento e procurou ser ativa nas manifestações, além de buscar informações fora das fronteiras de Araçatuba.

Apesar de não ter existido resistência da parte das empresas de comunicação em entregar o que era imposto pelos militares, houve uma censura branda, em cima de rádios

locais e de jornais. Contudo, o período foi importante para a imprensa araçatubense pelo motivo inverso do que aconteceu nas capitais, a ditadura propiciou crescimento e lucro aos donos de jornais, com a condição de que não representassem perigo ou oposição.

As viagens a cidade fizeram uma grande diferença no desenvolvimento do artigo, pois foi possível fazer um reconhecimento de campo, conhecer pessoalmente algumas das fontes e consultar o acervo da biblioteca local. A experiência foi essencial para a constatação de que, Araçatuba não possui preservação adequada do material histórico, mais especificamente dos jornais da cidade. O pouco que se tem são recortes ou memórias dos próprios moradores, que em alguns casos, como o do livro de Sávio, foram reunidos em uma obra. Mas é difícil a tarefa de reconstruir a história araçatubense utilizando-se apenas de registros da imprensa, pois muito já foi perdido, por empastelamentos e incêndios, ou pela falta de conservação.

Os depoimentos concedidos pelas fontes desse artigo possibilitaram que, mesmo o propósito inicial do estudo tendo sido alterado, que era de analisar o posicionamento dos jornais araçatubenses, foi possível complementar a história já escrita sobre Araçatuba, tendo enfoque na ditadura militar, um período marcado por censura, tortura e assassinatos.

As memórias compartilhadas pelos personagens possibilitaram uma maior compreensão sobre o panorama do cenário midiático de Araçatuba e as consequências da ditadura militar para os cidadãos araçatubenses, personagens que ficaram marcados para sempre pelas punições arbitrárias dos militares.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. v. 1.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM. Araçatuba - 100 anos de história: 1908-2008. Araçatuba: UniSalesiano, 2008.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GALLO, Paulo Rogério. JÚNIOR, Vicente Sarubbi. MUYLAERT, Camila Junqueira. NETO, Modesto Leite Rolim. REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. Disponível em: <
https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf >
Acesso em 19 de agosto de 2020.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Fabíola. MEIHY, José Carlos Sebe B. História Oral. São Paulo: Contexto, 2007.

LUCA, Tania Regina de. MARTINS, Ana Luiza. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018.

SÁVIO, Fernando. Letras de Chumbo: A Imprensa na história de Araçatuba. São Paulo: COC, 2009.

TRAQUINA, Nelson. Teoria do Jornalismo. 2ª ed. Santa Catarina: Insular, 2005.

WANDERLEY, Erika Kubik da Costa. A Institucionalização da repressão judicial na ditadura civil-militar brasileira. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/abcp/trabalho_ErikaWanderley.pdf> Acesso em 19 de agosto de 2020.

Contatos: marlanazanatta@hotmail.com / vanderlei.souza@mackenzie.br